

## XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Bissau, 17 de julho de 2025

### **Resolução sobre a revisão dos Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Bissau, na sua XXX Reunião Ordinária, no dia 17 de julho de 2025;

*Reiterando* o compromisso dos Estados-Membros com a promoção e a difusão da língua portuguesa, objetivos primordiais da constituição da CPLP, que precedem a constituição da Comunidade, tendo como marco histórico a decisão de criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a 1 de novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, no Brasil;

*Considerando* as decisões das VI e X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizadas, respetivamente, em 2002 em São Tomé e em 2005, em Luanda, que conduziram à integração do IILP na CPLP;

*Relembrando* o papel essencial do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), para a consecução dos Plano de Ação para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa aprovados em Brasília (2010), Lisboa, (2013) e Díli (2016) e na Cidade da Praia (2021);

#### **DECIDE:**

1. *Aprovar* a revisão dos Estatutos do IILP, cujo texto consolidado é anexo à presente Resolução.
2. *Congratular* o IILP pela proposta de revisão apresentada, que constitui a base dos novos Estatutos, ora aprovados.
3. *Recomendar* aos órgãos do IILP que diligenciem os ajustamentos aos normativos internos do Instituto, com vista à sua harmonização com as disposições dos Estatutos revistos.

Feito em Bissau, a 17 de julho de 2025.



## **XV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Bissau, 18 de julho de 2025

### **ESTATUTOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)**

#### **Capítulo I Disposições Gerais**

##### **Artigo 1.º (Âmbito e Natureza)**

1. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (doravante IILP) é a instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que tem por objetivo prosseguir com a orientação política geral da organização relativa à promoção, à defesa, à valorização e à difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, de educação, de informação, de conhecimento científico e tecnológico, bem como de utilização oficial em fóruns nacionais, regionais e internacionais.
2. O IILP goza de personalidade jurídica, é dotado de estatutos próprios e possui autonomia administrativa, financeira, patrimonial e científica.

##### **Artigo 2.º (Sede e Representações)**

1. O IILP tem sede na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde.
2. O IILP poderá ter representações fora do espaço da CPLP, junto de organizações e instituições internacionais ou Estados, sob aprovação do Conselho de Ministros.

##### **Artigo 3.º (Missão e Atribuições)**

1. O IILP tem por missão a promoção, a valorização e a difusão da língua portuguesa a nível nacional e internacional, observando-se o seu carácter pluricêntrico e os princípios do desenvolvimento sustentável.
2. São atribuições do IILP:
  - a) Desenvolver, promover, executar e avaliar projetos, atividades e ações que visem a valorização e a difusão da língua portuguesa, especialmente como:

- i) Língua de expressão de diferentes culturas;
  - ii) Língua de educação, de formação e de informação;
  - iii) Língua de produção e difusão de ciência, de inovação e de tecnologias, com destaque para as digitais;
  - iv) Língua de negócios e de desenvolvimento sustentável dos indivíduos e das comunidades que a usam ou pretendam usar;
- b) Elaborar e executar planos e consequentes programas e projetos conducentes à promoção do acesso, do uso e da circulação da língua portuguesa, bem como da sua integração em plataformas digitais e da sua internacionalização como língua com relevância global;
  - c) Promover a formação em língua portuguesa numa perspetiva intercultural;
  - d) Contribuir para a criação de redes colaborativas e de cooperação a nível do ensino, da investigação e da promoção cultural, tendo a promoção do conhecimento da língua portuguesa e das culturas da CPLP como base;
  - e) Promover o desenvolvimento de instrumentos de harmonização linguística comum;
  - f) Acompanhar o desenvolvimento de instrumentos de normalização linguística nos Estados-Membros;
  - g) Apoiar a adequada articulação entre a língua portuguesa e as demais línguas nacionais dos Estados-Membros;
  - h) Acompanhar projetos de âmbito setorial nos domínios da Educação, Ensino Superior, Ciência e Cultura quando envolvendo uma componente de promoção da língua portuguesa, a nível da CPLP, em articulação com os respetivos órgãos responsáveis;
  - i) Cooperar e promover a colaboração com instituições responsáveis dos Estados-Membros e Observadores na promoção, valorização e difusão da língua portuguesa;
  - j) Cooperar e promover a colaboração no desenvolvimento de programas e projetos relevantes para a língua portuguesa com os Estados, organizações internacionais e outras instituições;
  - k) Promover a participação dos Observadores Associados e Observadores Consultivos da CPLP nas atividades do IILP;
  - l) Emitir pareceres sobre os Planos de Parceria nos processos de candidatura ao estatuto de Observador Associado da CPLP, nos termos da alínea c) do artigo 4.º do Regulamento do Observador Associado da CPLP, bem como nos Planos de Ação das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos que atuam nas áreas de competência do IILP;
  - m) Acompanhar a implementação e a atualização dos Planos de Parceria dos Observadores Associados na vertente da promoção e difusão da língua portuguesa, em conformidade com o artigo 12.º do respetivo Regulamento;
  - n) Promover reuniões regulares com os Observadores Associados e com as Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos que atuam nas áreas de competência do IILP.
3. O IILP executa as deliberações e dá seguimento às orientações das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros, do Comité de Concertação Permanente e das Reuniões Ministeriais setoriais da CPLP relativas às políticas de promoção, valorização e difusão da língua portuguesa.

## **Capítulo II**

### **Membros e Observadores**

#### **Artigo 4.º** **(Membros)**

Constituem membros do IILP os Estados-Membros da CPLP, representados pelas Comissões Nacionais.

#### **Artigo 5.º** **(Direitos e obrigações dos Membros)**

1. São direitos dos Membros:
  - a) Participar em todas as atividades do IILP;
  - b) Participar nas reuniões da Assembleia Geral, com direito de voto;
  - c) Participar e exercer funções de presidência ou de direção dos órgãos da instituição.
2. São obrigações dos Membros:
  - a) Pagar a respetiva contribuição ordinária, podendo ainda apoiar diretamente, através de contribuições voluntárias, a execução de projetos em concreto constantes do plano de atividades do instituto;
  - b) Participar ativa e interessadamente em todas as iniciativas, bem como na concretização da missão do IILP;
  - c) Cumprir as obrigações decorrentes dos presentes Estatutos e as que resultem das deliberações da Assembleia Geral.

#### **Artigo 6.º** **(Cooperação com os Observadores da CPLP)**

- O IILP deverá facilitar a participação dos Observadores Associados e Consultivos da CPLP:
- a) Em atividades e nos projetos do Instituto, nomeadamente, ao nível técnico e/ou com contribuições voluntárias para a implementação de ações do seu Plano de Atividade;
  - b) Na apresentação de propostas de iniciativas para apreciação e aprovação do órgão deliberativo do IILP;
  - c) Em reuniões do IILP, sem direito de voto, e desde que a sua presença não seja objetada por nenhum Estado-Membro.

## **Capítulo III**

### **Órgãos de funcionamento**

#### **Artigo 7.º** **(Órgãos do IILP)**

São órgãos do IILP:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direção Executiva;
- c) O Conselho Científico.

**Artigo 8.º**  
**(Assembleia Geral)**

1. A Assembleia Geral é o órgão consultivo e deliberativo do IILP.
2. A Assembleia Geral é composta pelos Membros do IILP, através das suas Comissões Nacionais ou outros representantes nomeados para o efeito;
3. Compete à Assembleia Geral:
  - a) Dar posse ao seu Presidente;
  - b) Elaborar e aprovar o seu regimento;
  - c) Acompanhar a atividade geral do IILP;
  - d) Repercutir, em suas deliberações, as decisões e as orientações políticas saídas das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros, das Reuniões Ministeriais Setoriais e do Comité de Concertação Permanente;
  - e) Aprovar o plano estratégico de ação do IILP apresentado pelo Diretor Executivo;
  - f) Apreciar, alterar, se necessário, e aprovar o Plano de Atividades do IILP apresentado pelo Diretor Executivo;
  - g) Apreciar a proposta de orçamento do IILP;
  - h) Apreciar o relatório de contas e o relatório de auditoria às contas do IILP;
  - i) Analisar e aprovar o relatório anual de atividades do IILP;
  - j) Apreciar anualmente os relatórios de progresso dos projetos e programas apresentados pelo Diretor Executivo;
  - k) Aprovar os termos de referência para a contratação do pessoal técnico e administrativo do quadro de pessoal;
  - l) Homologar as avaliações do pessoal técnico e administrativo do quadro de pessoal apresentadas pelo Diretor Executivo;
  - m) Aprovar o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros do IILP e remetê-lo ao conhecimento do CCP;
  - n) Deliberar sobre as doações e as contribuições a favor do IILP;
  - o) Apreciar, alterar e dar parecer sobre as propostas de alteração dos Estatutos apresentadas por um ou mais Estados-Membros e submetê-las à aprovação do Conselho de Ministros da CPLP;
  - p) Decidir sobre a participação de entidades públicas ou privadas nas atividades do IILP;
  - q) Aprovar a cooperação e a colaboração do IILP com Estados terceiros, organizações internacionais e outras instituições no desenvolvimento de programas e projetos relevantes para a língua portuguesa;
  - r) Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse do IILP.
4. As deliberações são adotadas por consenso entre os Estados-Membros.
5. A Assembleia Geral reúne-se na Sede do IILP, ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitada por, pelo menos, dois terços dos Estados-Membros, ou quando convocada pelo seu Presidente.
6. Em cada reunião, a Assembleia Geral emitirá um comunicado final.

**Artigo 9.º**  
**(Presidente da Assembleia Geral)**

1. O Presidente da Assembleia Geral é nomeado de forma rotativa, obedecendo ao critério da rotatividade alfabética crescente, para um mandato de dois anos.
2. No final do primeiro mandato, o Estado-Membro cujo nacional ocupa o cargo pode apresentar uma candidatura por mais um único mandato de dois anos.

3. Em caso de ausência, impedimento ou vacatura, o Presidente da Assembleia Geral será substituído por outro representante designado pelo mesmo país.
4. Compete ao Presidente da Assembleia Geral:
  - a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral;
  - b) Presidir às reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral;
  - c) Zelar pelo cumprimento e execução das deliberações da Assembleia Geral;
  - d) Representar a Assembleia Geral;
  - e) Assegurar a emissão do comunicado final das reuniões.

#### **Artigo 10.º** **(Direção Executiva)**

1. A Direção Executiva é o órgão executivo do IILP, sendo exercida de forma singular pelo Diretor Executivo, que tem as seguintes competências:
  - a) Gerir o IILP, chefiar e coordenar o quadro de pessoal;
  - b) Implementar as decisões da Assembleia Geral e as orientações políticas saídas das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros, das Reuniões Ministeriais Sectoriais e do Comité de Concertação Permanente;
  - c) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o plano estratégico, o plano de atividades e o relatório anual de atividades do IILP;
  - d) Executar o plano estratégico e o plano de atividades do IILP, bem como os consequentes programas e projetos que o compõem;
  - e) Submeter à apreciação da Assembleia Geral o relatório de contas do exercício anual, o relatório de auditoria às contas e a proposta de orçamento do IILP, para efeitos de aprovação pelo Conselho de Ministros da CPLP;
  - f) Articular com as Comissões Nacionais e/ou com Observadores a execução dos projetos aprovados pela Assembleia Geral;
  - g) Assegurar a representação do IILP em fóruns internacionais nas suas áreas de intervenção;
  - h) Apoiar a preparação das reuniões da Assembleia Geral;
  - i) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
  - j) Propor a convocação de reuniões extraordinárias ao Presidente da Assembleia Geral, sempre que a situação o justifique;
  - k) Convocar e acompanhar as reuniões do Conselho Científico;
  - l) Definir os termos de referência para a contratação do pessoal técnico e administrativo a integrar o quadro de pessoal e apresentar à Assembleia Geral para aprovação;
  - m) Nomear, após processo seletivo internacional, o pessoal técnico e administrativo do IILP;
  - n) Exercer outras competências que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral.
2. O Diretor Executivo, para o exercício das suas funções, é coadjuvado pelo pessoal técnico e administrativo que compõe o quadro de pessoal.

#### **Artigo 11.º** **(Nomeação e Mandato do Diretor Executivo)**

1. O Diretor Executivo é nomeado pelo Conselho de Ministros da CPLP para um mandato de 2 anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-Membros, por ordem alfabética crescente.

2. O Estado-Membro apresentará a sua candidatura ao Presidente do Conselho de Ministros com uma antecedência mínima de 3 meses à data da realização da reunião do Conselho de Ministros.
3. No final do mandato, é facultado ao Estado-Membro cujo nacional ocupa o cargo de Diretor Executivo apresentar a candidatura à renovação por mais um mandato de 2 anos.
4. Em caso de ausência superior a dois meses ou de vacatura, o Diretor Executivo será substituído, sob indicação, por um representante governamental do respetivo país.

#### **Artigo 12.º** **(Conselho Científico)**

1. O Conselho Científico é órgão consultivo do IILP, composto por especialistas nas áreas de intervenção do IILP, nomeados pelos Estados-Membros.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Diretor Executivo pode convidar peritos *ad hoc* para participar do Conselho Científico.
3. Compete ao Conselho Científico apreciar e emitir pareceres sobre programas e projetos do IILP, bem como desenvolver estudos ou materiais de apoio em áreas de intervenção do IILP.
4. O Conselho Científico reúne-se sob convocatória do Diretor Executivo, que preside as suas reuniões.
- 5.

#### **Artigo 13.º** **(Comissões Nacionais)**

1. Cada Membro deve criar uma Comissão Nacional por instrumento jurídico adequado e comunicar oficialmente a sua criação, composição e alterações ao IILP, acompanhado dos respetivos Estatutos, quando aplicável.
2. As Comissões Nacionais são coordenadas por um dirigente nacional e prosseguem a missão e as atribuições do IILP em cada Estado-Membro.
3. Compete às Comissões Nacionais:
  - a) Promover a associação do IILP a eventos e iniciativas em áreas relacionadas com a missão do IILP;
  - b) Promover a articulação sectorial interna, de modo a atender às solicitações do IILP;
  - c) Apoiar a execução dos projetos e atividades, quando solicitado pelo Diretor Executivo;
  - d) Impulsionar a associação do IILP a eventos nacionais de promoção da língua portuguesa;
  - e) Apresentar e propor ao Diretor Executivo programas e projetos, para apreciação e eventual integração no plano de atividades.

### **Capítulo IV** **Disposições finais**

#### **Artigo 14.º** **(Património)**

O património do IILP é constituído por todos os bens móveis e imóveis, adquiridos, atribuídos ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

**Artigo 15.º**  
**(Recursos Financeiros)**

1. Os recursos financeiros do IILP são constituídos pelas contribuições, doações e outros valores de procedência governamental, de organizações internacionais, de entidades públicas ou privadas, bem como pelos recursos provenientes do Fundo Especial da CPLP para a língua portuguesa e por receitas próprias.
2. As contribuições voluntárias dos Estados-Membros, dos Observadores e as doações de entidades privadas poderão ser consignadas a projetos específicos do plano de atividades do IILP.

**Artigo 16.º**  
**(Quadro de Pessoal)**

1. O IILP dispõe de um quadro de pessoal técnico e administrativo, aprovado em sede de Assembleia Geral.
2. Os funcionários que integram ou venham a integrar o quadro de pessoal do IILP são recrutados entre os cidadãos nacionais dos Estados-Membros, mediante processo seletivo internacional, tendo em consideração os princípios da representatividade equitativa dos Estados-Membros e da igualdade de género.
3. O exercício de funções no IILP é regulado no manual de procedimentos administrativo e financeiro.

**Artigo 17.º**  
**(Entrada em vigor)**

Os presentes Estatutos entram em vigor, provisoriamente, à data da sua assinatura e, definitivamente, após a notificação ao depositário do cumprimento das formalidades internas por todos os Estados-Membros.

**Artigo 18.º**  
**(Depositário)**

1. O texto original dos presentes Estatutos é depositado na sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas a todos os Estados-Membros e ao IILP.
2. Os instrumentos de ratificação dos Estatutos pelos Estados-Membros são depositados na sede da CPLP junto do seu Secretariado que enviará cópias autenticadas ao IILP.

Feito em Bissau, a 18 de julho de 2025.